

ESTUDOS LINGÜÍSTICOS

O SUJEITO SUJEITO

Geraldo Mattos*

O sujeito tem proposto inúmeros problemas aos pesquisadores, certamente dada a variedade do seu comportamento sintático e semântico. As incertezas são várias, ainda que possam reduzir-se a três:
Qual é o seu estatuto sintático?
Como se pode identificá-lo?
Que significado apresenta?
Com este artigo, pretendo responder a essas perguntas, considerando a prosódia, a estrutura sintática e o molde semântico em que a mensagem é vazada pela atividade emissiva ou receptiva do falante.

* Universidade Federal do Paraná. (geraldo@coruja.humanas.ufpr.br)

Estatuto sintático do sujeito

Teorizo que o motivo ou o incentivo para o ato de fala trazem uma primeira pergunta:

— De que é que eu vou falar?

A resposta é a primeira atividade linguística da etapa mental. Pode ser esta, externada por um proto-signo em que substantivo, adjetivo ou verbo têm a mesma identidade:

— Vou falar de seca.

Em seguida, principia o trabalho mental de compor a mensagem desde o signo mínimo, que pode ser o morfema ou o vocábulo, até o signo total, que é o período. Nesse momento, o texto mental se sujeita ao transporte da mente para a boca, em que se realizam as atividades da etapa oral, podendo aparecer o seguinte período:

Não chovendo, a terra seca, matando a planta.

O texto tem um processo articulativo singelo, em que se ligam sempre conjuntos binários com um elemento essencial (E) independente e um elemento acidental (A) dependente, que pode faltar (Mattos, 1987, p. 437). Havendo mais de um elemento acidental, o elemento essencial se repete na etapa mental e se fatora na oral. Como o elemento essencial é sempre mentalizado primeiro, a ordem é universal nessa fase, devendo moldar-se à ordem particular de cada língua (Mattos, 1995, p. 12-15). O período citado acima teria a ordem seguinte na etapa mental do signo total:

Seca sim terra a / chovendo não

Seca sim terra a _____ / matando sim planta a.
E A1 A2

A etapa oral fatora o elemento comum e adota a ordem particular, imposta pela comunidade lingüística, além das possíveis variantes vazias:

Não chovendo / a terra ø seca / matando ø a planta.
A1 E A2

Os elementos constitutivos do período são as sentenças, reconhecidas por um acento intensivo maior na sua última sílaba tônica. A sentença essencial ocupa a função de base (B) e as accidentais a de suplemento (S).

Vale o mesmo para cada um dos patamares inferiores ao período, como o da sentença, formada por locuções que se reconhecem por um acento intensivo médio na sua última sílaba tônica:

a) Etapa mental:

Entregou não / menino o

Entregou não / livro o

Entregou não _____ / pai o a.

E

A₁

A₂

A₃

b) Etapa oral:

Omenino / não entregou / olivro / aopai .

A₁

E

A₂

A₃

A locução essencial manifesta a função de predicado (P) e as accidentais a de complemento (C), pouco importando se constituem elementos obrigatórios ou facultativos da sentença.

Análise sintática de uma cadeia sonora deve omitir qualquer referência ao significado: por isso, parece-me sem sentido falar de agente ou paciente quando do estudo de alguma coisa que é apenas uma forma [ô] em que se manifesta algum significado.

Ao contrário desse apelo à semântica, importa descobrir os tipos diferentes de estruturas que aparecem em cada um dos patamares em que o falante articula a mensagem. Apresento aqui apenas os de que preciso para expor o meu pensamento, remetendo o leitor para um estudo mais amplo da língua, em que aparecem os vários tipos e os muitos subtipos (Back e Mattos, 1972, p. 250-267). Nenhuma sentença da língua portuguesa admite os dezenove complementos possíveis (Back e Mattos, 1972, p. 250), dentre os quais citamos os quatro mais comuns:

o gato	dorme			
o sol	enxuga	a roupa		
a casa	pertence		a papai	
a mesa	está			vazia
o menino	contou	a história	ao colega	
o professor	julgá	a redação		excelente
A ₁	E	A ₂	A ₃	A ₄

Cada um desses complementos é apenas uma possibilidade dentro da cadeia sonora sentencial: nem mais nem menos, nos limites da sintaxe.

Analisar sintaticamente uma sentença significa apenas indicar a que tipo ela pertence, assinalando o elemento essencial (E) e cada um dos accidentais (A₁, A₂, A₃ e A₄) e cuidando que a cada um desses elementos seja dado o rótulo a que suas características correspondem.

Essas características devem ser apenas sintáticas, nunca semânticas. Ao procurá-las, é preciso examinar todas as possibilidades dessas funções, acumulando um número razoável de exemplos: em vista dessa necessidade, a Gramática Construtural da Língua Portuguesa (Back e Mattos, 1972) partiu da análise prévia de todos os períodos de três romances de José Lins do Rego!

Procurando algumas das características mais gerais, limitadas às estruturas apresentadas acima, encontram-se estas:

1. A existência de uma única classe de ocupantes do elemento essencial, todos com o mesmo tipo de organização vocabular: o verbo.

2. A possibilidade de aparecerem os mesmos ocupantes em duas das funções accidentais: A₁ e A₂.

3. A duplicidade de classes de ocupantes da função A₄: o adjetivo ou o nome.

Com isso, podemos caracterizar desde logo duas das funções sentenciais:

1. O predicado (E) é sempre ocupado por uma palavra que se conjuga: o verbo.

2. O predicativo (A₄) é a função em que o nome e o adjetivo podem substituir-se: constituem ocupantes de classes mutuamente exclusivas.

Para cada uma das funções deve-se procurar as características particulares que as distinguem.

Esse pouco, entretanto, que se disse já permite desenredar um caso difícil da língua portuguesa:

Fez	entrar	os meninos.
Deixou	cair de seu manto	estas sugestões.
Viu	desaparecerem	as suas esperanças.
Fez	felizes	os meninos.
Deixou	escritas	estas sugestões.
<u>Viu</u>	<u>anuladas</u>	<u>as suas esperanças.</u>
E	A ₄	A ₂

Considerando o terceiro termo ao mesmo tempo sujeito e objeto do verbo principal, os gramáticos cometem o erro de fazerem equivaler a subordinada sentencial à subordinada periodal:

Fez entrar os meninos.
que entrassem os meninos.

Entretanto, o mesmo critério se aplicaria também ao predicativo típico, constituído de adjetivo ou substantivo:

Fez felizes os meninos.

que ficassem felizes os meninos.

Estruturas diferentes nada provam. Basta observar:

Deus é todo-poderoso.

A4

Deus tem todo o poder.

A2

Entretanto, toda função tem ocupantes típicos e atípicos, exigindo do lingüista que explique cada atipicidade ocorrida. Como prova considere-se a estrutura citada, que tem com o verbo *mandar* um caso atípico, porque fica vedado o ocupante adjetivo:

Mandou entrar os meninos.

E A4 A2

É que nenhum adjetivo pode veicular um significado de ordem, requerido pelo verbo empregado.

Atípico pode também apresentar-se o sujeito, o objeto e ainda outros complementos, postulando todos algum esclarecimento.

Assim, o sujeito posposto é atípico e se justifica por uma obrigatoriedade do significado, parecendo-me ruim qualquer tentativa de pensá-lo um objeto, que seria também atípico: atípico por atípico, mantenha-se a função, principalmente porque todo sujeito posposto pode eventualmente antepor-se, bastando que o contexto anule a obrigatoriedade posicional. Por isso mesmo, é temerária qualquer asserção absoluta, como ocorre em Pontes (1986, p. 173):

Sob uma perspectiva de análise probabilística, creio que o que tipifica um objeto direto é mais o fato de ser paciente (não agente), ocorrer em posição pós-verbal e, do ponto de vista pragmático, não ser tópico, mas indicar de preferência uma informação nova. [...] É preciso ainda não esquecer que há casos em que o SN (com certos verbos) aparece *obrigatoriamente* [o itálico anterior é do autor deste artigo] posposto, como em *Aconteceu um acidente*. Na verdade, temos aí um SN indefinido, de baixo grau numa hierarquia de saliência.

A afirmação categórica [*aparece obrigatoricamente*] é imprudente, como o comprova o seguinte contra-exemplo:

Aconteceu um desastre. Esse desastre aconteceu por imprudência.

E ainda, mesmo sem menção ao contexto de um período anterior, qualquer falante pode perguntar:

Como o acidente aconteceu?

Ou, na fala mais informal:

Como é que o acidente aconteceu?

Acresce também que foram estes os traços empregados para tipificar o objeto direto:

- a) Ser paciente.
- b) Ocorrer em posição pós-verbal.
- c) Não ser tópico.
- d) Indicar informação nova.

E apenas um dos quatro traços é pertinente à análise sintática: aplicado à cadeia sonora em qualquer dos seus patamares, o critério semântico pode ajudar, mas nunca deve ser distintivo.

Se determinada língua possui uma ordem privilegiada de elementos (a chamada ordem direta), comumente nula no patamar do vocábulo e máxima no do período, qualquer desvio dela deve ser explicado. É o que acontece com o Esperanto, que apresenta dois casos (o nominativo e o acusativo), marcados morfologicamente, e adota SVO (sujeito / verbo / objeto) como ordem privilegiada, apenas mais comum e de significado neutro. Com isso, a ordem OVS equivale ao passivo da língua portuguesa:

La homon kreis lia kulturo.

O V S

O correspondente da língua portuguesa seria:

O homem foi criado por sua cultura.

A1 E A4

Com isso, ao contrário do português, o sujeito posposto do Esperanto nunca fica vinculado a obrigatoriedade significativa: o objeto anteposto, sim.

E deve ser descoberto o fator da obrigatoriedade do sujeito posposto em certos contextos e com certos verbos.

Descoberta do sujeito

O sujeito é um termo da sentença e deve apresentar por isso um acento intensivo médio, enquanto a intensidade maior marca sempre o elemento do período. A seguinte cadeia sonora pode ter duas pronúncias (indico as intensidades média e maior por um algarismo), na dependência do desejo que leva o falante ao enunciado:

O menino chegou. — Elemento da sentença: complemento.

2

O menino chegou. — Elemento do período: suplemento.

3

A intensidade menor assinala o vocáculo:

Aquela casa grande queimou.

1 1 2 3

A intensidade menor indica o fim de cada um dos dois primeiros vocábulos, a média simultaneamente identifica o término do terceiro vocáculo e o da primeira locução e a maior aponta ao mesmo tempo os limites da segunda locução e os da sentença. O período fica encerrado sempre por algum tom: no caso, o grave.

Curioso é que Mattoso Camara Jr. (1973, p. 60) tenha falado adequadamente da intensidade vocabular e locucional, despercebido de que o mesmo fator acústico marcava também a sentença, elemento do período e ocupante da base e dos suplementos. Estudados em Back e Mattos (1972, p. 141-161), estes assumem importância especial como fator explicativo de alguns torneios sintáticos, a que o desconhecimento da regularidade da língua chamou anacolutos. Elevado a suplemento, o ocupante da função se desliga daquele conjunto sentencial, passando a constituir outro. Assim, a concordância e a regência deixam de ser pertinentes para ele.

A concordância tem exemplos muito conhecidos e pouco explicados:

Livros, é comigo.

S B

Cerveja, é bom.

S B

A regência, vale o mesmo para ela. Livre do verbo regente, o ocupante do novo suplemento desembaraça-se dos conetivos, prepositivos ou conjuncionais:

Essa, eu gostei.

— Eu gostei dessa.

S B

Ele quer, é farrear.

— É farrear que ele quer.

S B

Escapou-me a digressão impertinente...

Para distinguir o elemento da sentença e o elemento do período importa apenas a intensidade, porque a pausa (mais precisamente: a juntura aberta) implica caracteres enfáticos: a juntura fechada é mais comum.

O primeiro desses enunciados tem apenas uma sentença, com o seguinte significado:

A chegada do menino aconteceu.

O segundo tem duas sentenças e era melhor grafá-lo com uma vírgula que marcassem os limites delas:

O menino, chegou.

Assim age, de resto, Manuel Bandeira em um de seus poemas:

O balão, foi subindo.

Quando um sujeito se transforma em suplemento, aparece a tendência de se retomar o suplemento por um pronome, gerando um pleonasmo, que a gramática tradicional considera vicioso:

O menino, ele chegou.

Com o suplemento, o período muda de significado, que se pode traduzir aproximadamente assim:

Tratando-se do menino, ele chegou.

Ou ainda:

Se é o menino, ele chegou.

O reconhecimento do sujeito pode ser feito por um destes modos:

a) É marcado pela concordância com o verbo, embora haja muitos contra-exemplos, devidos a fatores vários. Basta ver que elemento da sentença, mudado para o outro número, também altera o do verbo:

Começou *a chuva*. ⇒ Começaram as chuvas.

O critério é duvidoso, porque podem concordar o verbo e seu predicativo ou ainda o verbo e algum substantivo dentro do conjunto subjetivo:

O mundo são flores.

Um bando de pássaros voava.

Um bando de pássaros voavam.

E nenhum desses sujeitos tem prosódia de suplemento.

Além disso, o sujeito composto tem regras variadas e há casos em que se ignora (eu, pelo menos, ignoro) o fator que comanda o desvio, como o destes versos de Guerra Junqueiro:

A terra onde *o lilás e a balsamina* medra

Para mim teve sempre um coração de pedra.

Seria a tirania da rima esse fator?...

b) Dada a concordância, o sujeito expresso se torna facultativo e pode ser omitido em qualquer prosseguimento da mesma fala:

Quem é *o chefe* deste departamento?

Repetida, a pergunta revela o sujeito:

Quem é o chefe deste departamento? Quem é?

Apesar do que pensam muitos gramáticos, o sujeito dessa sentença não é a palavra interrogativa, mas o termo final, como se pode comprovar também com a resposta, dado que o interrogativo e sua resposta têm a mesma análise:

O chefe deste departamento é a Clarice.

c) Pode ser retomado por um pronome do caso reto:

Muitas alegrias causam *os filhos* aos pais.

A troca pelo pronome apresenta duas possibilidades:

Elas causam os filhos aos pais.

Muitas alegrias causam *eles* aos pais.

Creio que é fácil verificar que apenas a segunda troca pode ser um prosseguimento lógico da sentença original:

Muitas alegrias causam os filhos aos pais. De fato, muitas e muitas alegrias causam eles aos pais.

d) Pode-se ainda tomar apenas o verbo da sentença e compor uma sentença canônica, apelando para termos genéricos, com a vantagem de que aparece a ordem direta em que o sujeito encabeça a sentença:

Grandes alegrias causam os filhos aos pais.

A sentença canônica se constrói com os indefinidos. No caso, a do verbo *causar*:

Alguém causa alguma coisa a alguém.

Feito isso, basta perguntar e responder:

Alguém, quem?

— Os filhos.

O primeiro termo da sentença canônica é o sujeito.

e) Inicia a sentença, na sua forma neutra:

O menino dormia.

f) Pode freqüentemente ser transformado em vocativo, desde que o verbo passe para uma forma imperativa:

O inimigo abriu fogo. ⇒ Inimigo, abra fogo!

Os casos duvidosos devem ser estudados principalmente com a técnica da correspondência de estruturas. Pode ser difícil assinalar o sujeito de sentenças deste tipo:

Faz dois meses que o encontrei.

Parta-se para uma estrutura correspondente:

O nenem faz dois meses.

Como a sentença tem dois termos iguais, os diferentes devem exercer a mesma função, por serem mutuamente exclusivos. Com isso, descobre-se o sujeito da primeira:

Faz dois meses *que o encontrei*.

Significado do sujeito

A organização sintática difere da semântica: a primeira manifesta funções cujo significado é dado apenas pela semântica, acarretando que a mesma função sintática possa veicular significados diversos na dependência do fato escolhido por resposta à primeira pergunta da etapa mental.

O significado segue o modelo de um trajeto, identificado por um fato (F), em que uma carga (C) se desloca de um ponto de partida, que é a origem (O) do fato, para um ponto de chegada, que é o destino (D) do fato, por um caminho espacial (E) ou temporal (T), que é o percurso (P) do fato. Esse trajeto semântico vale para todos os patamares da estrutura sintática. No caso do primeiro período citado, tem-se a seguinte análise semântica:

Não chovendo / a terra seca / matando a planta .

O F D

Ou seja: a origem da seca é a falta de chuva, enquanto o seu destino é a morte da planta. Noutras palavras, a seca começa por não chover e termina por matar a planta!

Na análise semântica das sentenças de um período, a origem é interpretada como uma causa ou uma condição, enquanto o destino manifesta uma consequência.

O mesmo processo permite a análise significativa da sentença, feita com o trajeto semântico aplicado a suas locuções, que constituem os seus elementos:

O menino / não entregou / o livro / ao pai .

O F C D

Ou seja: o fato é a falta de entrega e o livro é a carga que sairia de um ponto de partida (o menino) em busca de um ponto de chegada (o pai).

Agora, parece evidente que o sujeito pode veicular qualquer das instâncias (carga, origem, destino e percurso), implicadas pelo fato, e qualquer das circunstâncias (carga, origem, destino e percurso), permitidas pelo mesmo fato. A diferença entre as instâncias e as circunstâncias consiste em que as primeiras se prendem à carga e as segundas ao fato:

Sentar-se na cadeira.

P

— instância de percurso.

Sentar-se na sala.

p

— circunstância de percurso.

A instância, assinalada pela maiúscula, indica o local de quem se senta, ao passo que a circunstância, marcada pela minúscula, manifesta o lugar em que ocorre o ato de sentar-se.

Estas sentenças provam o significado variado do sujeito :

Levaram o viajante à praia por esta estrada em duas horas.

F C D PE pt

Pode-se dizer:

Esta estrada levou o viajante à praia em duas horas.

PE F C D pt

E ainda:

Duas horas levaram o viajante à praia por esta estrada.

pt F C D PE

Além dos percursos espacial e temporal, instancial ou circunstanciais, também outras instâncias ou circunstâncias se deslocam para a posição de sujeito, acarretando a plurivocidade dessa função sintática:

O menino entregou o caderno para o professor.

O F C D

O professor recebeu o caderno do menino.

D F C O

O caderno passou do menino para o professor.

C F O D

Na primeira série com que se comprova a diversidade significativa do sujeito, o fato *levar* é idêntico nos três enunciados, além de que as instâncias e as circunstâncias permanecem as mesmas, embora ocupantes de outras funções sintáticas: assim, os três enunciados externam a mesma mensagem. Na segunda série, o fato se altera de um para outro enunciado, mas as instâncias continuam iguais, dado que a mesma carga sai do mesmo ponto de partida para o mesmo ponto de chegada: portanto, os enunciados se equivalem.

Por enquanto, o sujeito aceitou as quatro instâncias e uma circunstância de percurso: teve o significado de carga, o de origem, o de destino, o de percurso instancial e o de percurso circunstancial. E há mais uma possibilidade, pelo menos:

O general enviou as tropas do Sul para o Norte por mar.

O F C O D P

O general é o ponto de partida do envio: portanto, uma circunstância de origem.

Também o objeto é uma função puramente sintática, nada se podendo afirmar sobre o seu significado, ainda que este abranja uma quantidade menor de possibilidades, dado que a escolha do verbo transitivo implica necessariamente a de determinado objeto:

O bombeiro matou a cobra.

C

O pivete roubou o passageiro.

O

A filha beija o pai.

D

O carro percorreu dois quilômetros.

P

A cobra é a carga que passou da vida para a morte, o passageiro é o ponto de partida (O) do roubo, o pai é o ponto de chegada (D) do beijo e os dois quilômetros são o percurso do carro. Parece-me impossível aplicar a cada uma dessas diversidades significativas o costumeiro rótulo de paciente.

O trajeto semântico permite fazer-se uma teoria semântica de fora da semântica. De fato, apelando para os termos *causa*, *condição*, *consequência*, *agente*, *paciente*, *destinatário*, *beneficiário* e outros, deve-se defini-los semanticamente, enquanto o trajeto semântico pode ser definido por um processo semiótico que opera fora da linguagem:

F [OC \Rightarrow CD]
P

Traduzindo para a linguagem, tem-se que alguma coisa (C) estava em algum ponto (O) e vai estar em outro (D) por meio de um deslocamento (P), constituindo um fato (F).

No patamar da sentença, a origem circunstancial implica o agente, o destino circunstancial mostra o beneficiário e o percurso circunstancial denota o instrumento, enquanto a origem instancial manifesta o destinador, o destino instancial revela o destinatário e o percurso instancial marca a distância entre o destinador e o destinatário. Com isso, formula-se a hipótese de que todo fato é apenas um deslocamento de alguma coisa que muda de lugar, de tempo ou de estado. Parece evidente, entretanto, que o emprego da metalinguagem permite definir cada um desses termos de uma maneira bem clara:

Carga é o elemento que muda.

Origem é o ponto que a carga abandona.

Destino é o ponto que a carga busca.

Percurso é o caminho que a carga segue.

Fato é o equivalente genérico desse deslocamento.

Efetivamente, o fato implica ocupantes genéricos. Um exemplo singelo: o fato *entrar* permite, por si só, a inferência de que alguma coisa (C) abandonou um lugar (O) para estar em outro (D), tomando algum caminho (P) para chegar ao ponto desejado (pela janela, se for um assaltante...).

O sujeito pode evidenciar o significado básico de qualquer instância ou circunstância, mas demonstra sempre alguma coisa a mais, porque é de livre escolha do falante, dentro das possibilidades que cada língua lhe oferece: é o meio de que se vale o enunciador para privilegiar algum elemento do trajeto.

Diferentemente, a etapa mental da linguagem tem apenas um enunciado para o fato de que um caderno tinha estado com o menino e depois estava com o professor num deslocamento direto do primeiro para o segundo. É alguma coisa parecida com esta:

Passar um caderno do menino para o professor.

F C O P

Determinados os elementos essenciais desse deslocamento, o falante escolhe algum deles e o valoriza por meio de uma instância neutra que pode acumular qualquer das outras e ainda alguma das circunstâncias, porque cabe apenas ao falante destacar o que lhe parecer mais importante. A essa nova instância chamo assistente (A), justamente porque é um elemento que assiste ao trajeto inteiro como uma de suas partes. Com isso, as análises anteriores devem ser reformuladas para identificar-se o elemento que o falante quer ressaltar, ficando a instância ou a circunstância privilegiada entre parênteses que marcam o acúmulo de elementos do trajeto semântico.

Efetuada a atividade mental que descreve o fato, o enunciador pode ressaltar qualquer dos elementos que, em conjunto, constituem o fato. E surge então uma destas três possibilidades:

O menino entregou o caderno para o professor.

A (O) F C D

O professor recebeu o caderno do menino.

A (D) F C O

O caderno passou do menino para o professor.

A (C) F O D

Por esse motivo, ainda que o fato comunicado seja o mesmo em cada uma das três mensagens, aparece agora entre elas uma diferença nítida, que é o valor de realce do elemento escolhido para assistente: o primeiro enunciado enfatiza a presença do menino, o segundo a do professor e o terceiro a do caderno.

E pouco importa antepor ou pospor o sujeito ao verbo ou ao objeto: ele continua sempre o elemento privilegiado, ainda que outro elemento qualquer fique também prestigiado por abrir a sentença, o que tudo acontece em língua portuguesa. Basta ver este exemplo, parte de um verso de Raimundo Correia, em que o poeta destaca o significado do verbo, trazido para o início da sentença:

Orna-lhe o peito a pedraria.

S

O verbo, elemento essencial da sentença, vem sempre acompanhado por um ocupante da classe dos declarativos (D), que desempenha a função de adjunto (A). O declarativo é um elemento accidental obrigatório:

O menino o veio. — declarativo positivo.

O menino não veio. — declarativo negativo.
A

O segundo ocupante é um vocábulo pleno: declarativo negativo. O primeiro é um vocábulo vazio: declarativo positivo. Tenho de falar dos declarativos porque cada um deles importa muito para se indicar alguma inferência, que aparece conforme a seguinte regra: o elemento à esquerda da declarativo fica livre da influência do declarativo, enquanto os elementos acidentais à direita do declarativo sofrem a influência dele, que gera uma inferência positiva, quando negativo, e negativa, quando positivo. Como as inferências negativas parecem negligenciáveis e passam despercebidas com facilidade, enquanto as positivas estouram nos ouvidos do enunciatário, muitos pesquisadores se dedicam ao estudo da negação (declarativo negativo), sem cuidar da mesma forma da afirmação (declarativo positivo), certamente induzidos a esse descuido também por ser o declarativo positivo uma forma vazia. Um exemplo deve esclarecer a força do declarativo:

Os pobres não entram nas igrejas ricas.
A B C

O elemento A aparece à esquerda do declarativo e, portanto, fora da sua influência, enquanto o elemento C, localizado à direita, fica ao alcance do declarativo, gerando uma inferência positiva, dado que ocorre o declarativo negativo:

⇒ Entram nas igrejas pobres.

Considere-se agora a sentença seguinte, em que foi trocada a posição dos extremos:

Nas igrejas ricas não entram os pobres.
C B A

Comumente, o sujeito se torna posposto para veicular a inferência, enquanto os elementos facultativos se antepõem para se livrarem dela. Assim, a inversão colocou o elemento A sob a influência do declarativo, ao mesmo tempo que livrava dessa influência o elemento C. A inferência muda-se:

⇒ Entram os ricos.

Posposto ao verbo, o sujeito se torna restritivo, implicando dois conjuntos complementares, devendo o inferencial ser identificado pelo contexto situacional. Por serem complementares, a inferência tem sempre o declarativo contrário ao da sentença.

Comparem-se estas sentenças:

As meninas chegaram.
A B

Chegaram as meninas.
B A

A primeira sentença tem um sujeito explicativo, sem inferências: eram esperadas as meninas e elas chegaram.

A segunda apresenta um sujeito restritivo. Ao conjunto das meninas, que chegaram, corresponde agora o conjunto de outros, que eram esperados e não chegaram: juntos, constituem o universo das pessoas esperadas. O conjunto dos outros se esclarece apenas pelo contexto do diálogo:

Conjunto presente:

O das meninas.

Conjunto ausente:

O dos meninos.

O dos pais.

O das professoras, etc.

Sem dar por isso, eu mesmo acabo de exemplificar adequadamente o sujeito restritivo. Comentando a primeira das sentenças, deixei registrado:

Eram esperadas as meninas.

O motivo é que, dentro desse contexto, eu precisava da inferência de que nenhuma outra pessoa era esperada, apenas as meninas: enunciado positivo — inferência negativa.

O elemento situado à esquerda pode gerar apenas inferência textual, porque há vocábulos cujo valor denotativo implica dois conjuntos. Assim se explica a inferência desta sentença:

Nenhuma *outra* pessoa era esperada.

A palavra *outro* é responsável por ela, porque algum *um* sempre corresponde a um *outro*.

O significado inferencial é tanto mais forte, quanto menor for a extensão das palavras que constituem o sujeito. Por isso, como tem a menor extensão e, correspondentemente, a maior compreensão, o nome próprio gera uma inferência integral, quando sujeito posposto:

O Carlos veio.

Veio o Carlos.

Dado que o sujeito manifesta um significado, quando anteposto, e outro, quando posposto, segue-se que a ordem dele é comumente motivada, quase nunca livre. Entretanto, existem outros fatores que podem postular ou favorecer esta ou aquela ordem:

a) O próprio significado do verbo implica um conjunto complementar e o sujeito deva pospor-se. Assim, o mais comum é dizer-se:

Falta um prato na mesa.

O motivo é que a mesa já tem outros pratos, que constituem o conjunto complementar.

b) O artigo indefinido favorece o sujeito posposto, porque lhe cabe apresentar o referente. Como se trata de uma entrada em cena, é sempre um de muitos, requerendo o significado restritivo:

Aconteceu *um acidente* nesta curva.

Ao contrário, o artigo definido, que reapresenta o referente, mais comumente pede o sujeito explicativo:

O acidente aconteceu nesta curva.

c) A presença de elementos facultativos, dentro do ocupante do sujeito ou da sentença, pode inibir a inferência, tornando-a menos necessária, porque o referente ou o fato aparecem mais qualificados:

Um desastre pavoroso aconteceu nesta curva.

Nestes casos, a pronúncia necessariamente exclamativa veicula um valor enfático.

d) O início do enunciado é ocupado por outro elemento sentencial que se deseja ou se deve ressaltar, sendo necessário reequilibrar a cadeia sonora pela posposição do sujeito. Ocorre nestes casos, entre outros:

— Há um interrogativo, que deve iniciar a sentença por ser o escopo daquele ato de fala:

Quem é o chefe deste departamento?

Onde ficaram os cadernos?

Quando chegam os convidados?

Como vai o seu filho?

Como o período interrogativo se subordina e se torna relativo, também o sujeito fica posposto, ainda que com mais liberdade de antepor-se:

Foi esta a gaveta onde ficaram os cadernos.

— Aparece uma forma verbal imperativa, com a qual mais importa o fato que outro elemento qualquer:

Venham todos, que a aula vai começar!

É claro que o falante pode querer ressaltar o próprio sujeito, como fez o nosso velho Camões:

Agora tu, Calíope, me ensina

O que contou ao rei o ilustre Gama.

— O predicado é uma forma nominal (infinitivo ou gerúndio), e é desejo do falante valorizar mais o fato:

Estarem todos felizes me deixa muito contente.

Estando todos felizes, eu fico muito contente.

— O período é exclamativo, e se ressalta menos o sujeito que outro termo da sentença:

Alegres estavam as crianças!

Muitas descobertas fizeram os portugueses!

Observe-se que, se a proposição do sujeito implica uma pronúncia neutra, o valor exclamativo é veiculado pela anteposição do sujeito.

e) O sujeito é bem mais extenso que o resto da sentença, a que faltaria equilíbrio com o sujeito anteposto:

Foi grande o engarrafamento provocado por aquele lamentável acidente.

Como o elemento subordinado quase sempre é bastante longo, a posposição tornou-se praticamente obrigatória, ainda que haja um período curto:

Foi bom que ele tenha vindo.

É bom que chova.

De resto, este fator vale para qualquer elemento demasiadamente comprido que a sentença contenha:

O rapaz veio esta tarde *da cidade mais quente do Brasil*.

O rapaz veio da cidade mais quente do Brasil *numa tarde de chuva forte e trovoada ensurdecedora*.

Em todos esses casos, o sujeito posposto deixa de veicular o significado restritivo, que seria o esperado, ou o enfraquece, pelo menos.

RESUMO

Este artigo refuta as definições tradicionais de sujeito, mostrando a impossibilidade delas, dado que o sujeito é uma função sintática, mais que um significado, e pode veicular a mais variada gama de informações: uma carga que se move, um destino que se busca, uma origem que se abandona e outras circunstâncias.

RESUMO

Jena studio refutas la tradicijajn difinojn de subjekto, kaj montras ilian neoblecon pro tio, ke subjekto estas nur sintaksa funkcio, pli ol signifo, kaj povas vehikli varian gamon da informoj: movata kargo, alirata celo, forlasada origino, kaj pluraj aliaj cirkonstancoj.

ABSTRACT

This paper opposes to the traditional definitions about Sentence Subject, because the subject is a syntactic function, more than a meaning, and it indicate the load which is moved, the destination which is searched and the origin which is left out, and many other circumstances.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AULD, William. *Kulturo kaj internacia lingvo*. Chapecó: Fonto, 1986.
- BACK, Eurico; MATTOS, Geraldo. *Gramática construtural da língua portuguesa*. São Paulo: FTD, 1972.
- MATTOS, Geraldo. Lingvistika priskribo de la verbo en Esperanto. En: *Serta gratulatoria in honorem Juan Régulo*, volumen II. La Laguna: Universidad de la Laguna, 1987. p. 435-460.
- _____. A gênese do enunciado. In: *Cadernos de Literatura e Lingüística*, v. 1. Curitiba: DELIN, 1995, pp. 9-20.
- PONTES, Eunice Souza Lima. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. São Paulo: Ática; Brasília: INL, 1986.